

**A CHEGADA DE REFUGIADOS A PORTUGAL
EM 2015 – OLHARES NAS REDES SOCIAIS EM
MEDIA PORTUGUESES FACE À “CRISE”**

**THE ARRIVAL OF REFUGEES IN PORTUGAL IN 2015 –
CONTRASTING GLANCES IN SOCIAL NETWORKS OF
PORTUGUESE MEDIA TOWARDS THE "CRISIS"**

Nuno Santos¹

Lúcio Sousa²

Cristina Vieira³

Universidade Aberta de Lisboa, Portugal

RESUMO: Os conflitos ocorridos no Médio Oriente e Norte de África provocaram a fuga, em número fora do comum, de pessoas com rumo à Europa no ano de 2015. Este fenómeno, que ganhou uma visibilidade acrescida nos *media* europeus, criou um conjunto de procedimentos e sentimentos antagónicos em relação aos refugiados: solidariedade e humanitarismo por um lado, hostilidade e incompatibilidade por outro. O objetivo desta pesquisa é analisar as representações sociais em comentários proferidos num conjunto de notícias acerca da chegada de um grupo de refugiados a Lisboa, partilhadas na rede social do Facebook, por alguns *media* portugueses. Os resultados indicam que, apesar da manifestação pública de solidariedade com que Portugal é associado, assim como manifestações de solidariedade nas redes sociais dos *media*, subsiste uma hostilidade em

¹ Mestre em relações interculturais pela Universidade Aberta de Lisboa.

² Investigador, professor, doutor em antropologia pela Universidade Aberta de Lisboa. Investigador do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, IELT-FCSH-UNL.

³ Investigadora, professora, doutora em sociologia pela Universidade Aberta de Lisboa. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, CIEG.ISCSP-ULisboa.

relação aos refugiados, atribuindo-lhe determinados comportamentos com base em interpretações simplistas e estereotipadas.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados, representações sociais, *media*, hostilidade à migração xenofobia.

ABSTRACT: The latest conflicts in the Middle East and North Africa have caused the flight of an unusual number of people heading for Europe. This phenomenon, which was reported in the European media several times, created a set of antagonistic feelings towards refugees, solidarity, and humanitarianism, on the one hand, hostility on the other. This research aims to investigate the social representations in comments made in a set of news about the arrival of refugees in Lisbon, shared on the Facebook social network by some Portuguese media. The results indicate that, despite the public expression of solidarity with which Portugal is associated, there remains in the context of the social network under analysis, a hostility towards refugees, attributing certain behaviors based on simplistic interpretations with some stereotypes.

KEY WORDS: Refugees, social representations, media, hostility to migration, xenophobia

1. Introdução

Nos últimos anos o tema das migrações forçadas e dos refugiados ganhou um espaço redobrado na arena internacional. No contexto Europeu, e em particular da União Europeia (UE), o ano de 2015 foi um ano charneira nesta matéria, colocando agravos não só à solidariedade internacional, que deveria, de acordo com os instrumentos internacionais existentes, ditar as ações dos Estados em situações humanitárias, mas sobretudo porque o acolhimento de refugiados colocou um enorme desafio ao projeto europeu e à solidariedade entre os seus estados membros.

Os vários conflitos existentes no Médio Oriente, parte da Ásia e Norte de África, acompanhados por sistemáticas violações de direitos humanos, opressão, intolerância, perseguições étnicas e políticas, provocaram uma “crise” migratória no continente

européu, ou uma “crise” humanitária. Algumas destas pessoas chegam em condições desumanas, outras perdem mesmo a vida, nas perigosas travessias do Mediterrâneo. Só em 2015, cerca de um milhão de pessoas fugiu para a Europa, sendo que, pelo menos 3600 desapareceram ou perderam mesmo a vida nas duras travessias. Desde a crise da antiga Jugoslávia, na década de 1990, que não se registava um número tão significativo de deslocados na Europa Central e Ocidental. Face a esta situação, a União Europeia adotou uma série de medidas de modo a dar assistência humanitária e ajuda às pessoas que chegam ao território europeu em estado de grande vulnerabilidade (União Europeia, 2016).

Em meados de 2015, a Agenda Europeia da Migração propôs recolocar em dois anos aproximadamente 160 000 de deslocados que se encontravam aguardar uma solução na Grécia e na Itália. Portugal assumiu o compromisso de acolher cerca de 4574 refugiados (CRP, 2015).

Em dezembro de 2015, começaram a chegar os primeiros refugiados a Portugal no âmbito do Programa de Relocalização de Refugiados na União Europeia, provenientes dos Centros de Acolhimento de Itália e Grécia, sendo divididos em dois grupos e distribuídos em várias cidades (Expresso, 2015).

Todo este movimento humano suscitou junto dos *media* uma atividade com grande influência na atenção pública e na aquisição de conhecimentos, na construção de uma imagem, opinião, representação acerca desta realidade social. Deste modo, a perspetiva veiculada nos *media* e nas redes sociais são fatores de relevo nos comportamentos, atitudes e opiniões respeitantes a uma realidade, como o caso dos refugiados e seu acolhimento (Silvestre, 2011).

Os novos *media*, nomeadamente os sítios de redes sociais permitem atualmente uma conversação em rede, uma construção de capital social acerca da realidade e de um ideal coletivo através da apropriação social destas ferramentas de comunicação. Esta difusão de representações e opiniões navegam com rapidez, embora, dependam dos seus conectores e da popularidade dos mesmos. Ao contrário da postura política recetiva e da manifestação de envolvimento da sociedade civil no acolhimento e integração de refugiados, estes espaços sociais colocam em evidência a existência de posturas contrárias. Quanto mais forte foi esse “ideal coletivo”, maior será a hostilidade a quem se supõe que possa ameaçar a estabilidade do mesmo (Morais, 2012). São estas crenças e estas atitudes, que este estudo, pretende compreender através da análise dos comentários

dos leitores (participantes) a um conjunto de notícias partilhadas no Facebook sobre a chegada de refugiados.

2. Media, redes sociais virtuais e a hostilidade à migração

Para Giddens (2001) a divulgação de informação pelos *media* permite que os indivíduos acedam a experiências mais vastas e enriquecedoras, ultrapassando os limites do seu quotidiano. Deste modo, amplia-se o sentido cognitivo dos indivíduos estimulando o seu sentido crítico e autoconfrontação. Os *media* são também, no entender do autor, um espaço privilegiado de difusão de reflexividades. Os indivíduos monitorizam as suas ações através do seu senso comum, conduzido de modo simbólico-ideológica e sendo em grande parte coincidente com o difundido pelos media (Melo, 2012).

Durante a chamada "crise de refugiados" foi notória a ocupação do espaço dos *media* com a divulgação de imagens de refugiados em movimento resultando na construção coletiva e representativa do refugiado. Para Carapeto (2017), a perspetiva monocular deste fenómeno tem uma influência social acentuando a relação entre o "eu" e o "outro". De forma a obter a representação criada pela comunicação social portuguesa, esta investigadora recolheu 176 imagens, divulgadas entre 2014 e 2016, por um conjunto de órgãos de comunicação portugueses com grande tiragem, fazendo uma análise qualitativa detalhada de forma a descodificar as suas mensagens. Ao longo da pesquisa entendeu que:

Se a nossa representação dos refugiados se cingisse unicamente às imagens que preenchem os jornais portugueses diríamos que aqueles não possuem casa, dormem em tendas da ajuda humanitária como as do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou junto a linhas férreas, diríamos que caminham o dia inteiro e levam consigo uma bagagem com o essencial ao mesmo tempo que carregam a sua criança, ainda de colo.

A nossa representação seria a de pessoas eternamente sujas, sem condições de higiene pessoal, que esperam pela ajuda dos europeus. Europeus estes que aparecem continuamente representados por uma figura militar armada com capacete, cassetetes, pistolas, escudos protetores sugerindo que se trata de pessoas potencialmente perigosas.

(...) Existe, portanto, uma ideia de invasão, pois a chegada de barcos lotados é constante e não só justifica como legítima, mais uma vez, a força militar na fronteira. (Carapeto, 2017:110,111,113)

Com base no seu estudo, Carapeto (2017) considera que os refugiados são representados de modo holístico não tendo em conta a sua individualidade sendo que estas práticas tendem a silenciá-los e vincar distâncias entre a sociedade acolhedora e os refugiados.

A Internet alterou o paradigma comunicativo do ser humano com os seus pares. As inovações tecnológicas permitiram ao ser humano comunicar com rapidez e partilhar as suas opiniões e pensamentos. Deste modo, abriram-se novas possibilidades de partilha de informações provenientes de diferentes pessoas, com origem em várias áreas do saber, e identidades culturais. No entanto, se o mundo virtual permite esta rápida propagação de informação, este é também uma projeção do próprio ser humano, um espelho que reflete todas as suas conceções do mundo, inclusive interpretações simplistas e de pouco rigor respeitantes a determinadas realidades - culminando muitas vezes em mensagens de intolerância e discriminação (Silva, Nichel, Martins, Borchardt, 2011).

A internet e redes sociais, pensadas como mecanismo de liberdade de expressão, podem então ser utilizadas do mesmo modo como instrumentos violadores de direitos humanos e de difusão de discursos de ódio, contra os migrantes e minorias. A difusão e análise do discurso de ódio nas plataformas de internet e redes sociais devem ser observadas, também, sob uma perspectiva antropológica percebendo a sua origem e sob que influências se reproduzem (Souza, 2015).

As reações de hostilidade e agressividade, de um modo geral, ocorrem quando os sujeitos ou grupo se sente frustrados e ameaçados, principalmente, quando existe de forma mais ou menos latente, um conjunto de fatores de ordem económica desfavorável, situação que é interdependente com a conservação do bem-estar do indivíduo (Morais, 2015). Para Lash (2005) a sociedade da informação é, em certa medida, uma sociedade desinformada, principalmente devido ao excesso de informação e às consequências da realidade do Outro.

A “Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias”, publicou em 2015 um estudo sobre os discursos de ódio e xenofobia na sociedade de informação, concluindo que os discursos de ódio para com os migrantes são cada vez mais comuns nas redes sociais. Observam-se várias manifestações odiosas revelando intolerância e xenofobia

relacionando claramente os imigrantes com grupos de criminosos, sendo associado ao imigrante um conjunto de insatisfações de ordem social, económica e política. O mesmo artigo, descreveu um conjunto de situações em que se verificou uma série de manifestações no discurso de vários comentários. Verificou-se que permanentemente existiu um teor racista discriminatório e preconceituoso respeitante ao imigrante, onde se manifesta uma posição que segrega, que estabelece diferenças hierárquicas entre a sociedade dominante e quem chega. A propagação destas manifestações vai ganhando dimensão, porque a internet e as redes sociais têm um alcance e velocidade ilimitada (Souza, 2015).

3. A Representações sociais e os refugiados

Recuperando as ideias de Moscovici (1961), na abordagem ao conceito de representações sociais, podemos defini-las como uma forma de interpretar e pensar uma realidade social, através da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos e que fixa as suas crenças, posições e atitudes relativo a situações, pessoas, eventos, realidades e objetos (Apud Sêga, 2000). As representações sociais são então saberes funcionais, leigos sendo um modelo de construção da realidade fora do âmbito estritamente formal.

Consultando a literatura, em relação às representações sociais sobre os refugiados podemos verificar, segundo o estudo “Étude Comparative de la Représentation Sociale des Immigrants et des réfugiés chez les Étudiants Universitaires” (apud Sêga, 2000), cuja amostra integrou um conjunto de alunos do primeiro ciclo de psicologia da Universidade Laval, que depois dos ataques terroristas às torres gémeas, nos Estados Unidos, a 11 de setembro de 2001, os refugiados, principalmente os de origem muçulmana, ficaram mais sujeitos à associação de estereótipos e a uma maior hostilidade por parte da sociedade acolhedora.

Também um outro estudo, de 2016, da Pew Research Center, realizado em 10 países da Europa, concluiu que para a maioria dos inquiridos, a diversidade não traz um impacto positivo para a sociedade, revelando a existência de atitudes de hostilidade para com os refugiados, principalmente aos de origem muçulmana. Um dos maiores receios evidenciados neste estudo prende-se com questões de segurança e aumento de probabilidade de ataques terroristas.

Numa Europa dividida em termos de políticas de migração, os refugiados acabam por ser os bodes expiatórios havendo uma tendência a considerar que os refugiados cometem mais delitos que os europeus, devendo ser deportados da Europa. O fluxo de estrangeiros que em grande número tem pedido asilo a alguns países da União Europeia, tem provocado controversos debates no parlamento europeu, equacionando-se mesmo o abandono do Espaço Schengen e endurecimento de algumas decisões políticas no sentido de fechar as suas fronteiras e impedir a entrada de requerentes de asilo. Do mesmo modo, difunde-se por vezes uma racionalidade normativa na Europa, sustentada por um discurso moral, que supostamente revela na subconsciência dos indivíduos, nomeadamente de que os requerentes de asilo de cultura árabe ou africana são diferentes devendo ser excluídos da "sociedade civilizada" (Bizawu, 2016).

Para (Batista & Bonomo, 2017), a distinção entre grupos é um fenómeno remoto que vem desde a concepção dos povos e dos territórios. Desta forma a distinção entre o "nós" e o "eles" obedece a um sistema classificatório com base em perspectivas etnocêntricas cujos valores dos grupos dominantes se afirmam como superiores aos costumes diferentes dos grupos minoritários.

4. Refúgio e refugiados em Portugal, uma perspectiva global

A guerra civil de Espanha e a II Guerra Mundial são momentos de afluxo de refugiados a Portugal. No primeiro caso, a proximidade ideológica do governo português com Franco e os nacionalistas espanhóis afetou o acolhimento dos refugiados, em particular os partidários de esquerda, chegando estes a serem reenviados para Espanha (Simões, 2011: 972). Durante a II Guerra Mundial a neutralidade de Portugal, e as comunicações existentes com o continente americano, levou a que milhares de refugiados, na sua maioria de origem judaica, procurassem aqui refúgio. Muitos deles chegam com vistos providenciados pelo cônsul Aristides de Sousa Mendes, apesar da oposição de Salazar. Ocorreram mesmo deportações para França, que resultaram na sua morte em campos de concentração (Pimentel & Ramalho, 2016: 19).

A década de 1970 foi caracterizada por fluxos de refugiados em dois sentidos. Um no sentido da Índia para Moçambique e Portugal, resultante da perda de Goa, outro de Portugal para outros países da Europa e mesmo Norte de África, devido ao estado repressivo existente na altura com o Estado Novo. Nos finais dos anos 70 e até meados

dos 80, registou-se um aumento de pedidos de asilo por parte de cidadãos das ex-colónias de Portugal, principalmente de Angola e Moçambique (Sousa, 1999).

Na década de 90 verifica-se uma alteração deste padrão pós-colonial, com um aumento de pedidos por parte de indivíduos originários da Roménia e de outros países africanos, como o Zaire e a Guiné. A crise política de 1998 na Guiné-Bissau originou também a fuga de milhares de refugiados com destino a outros países africanos e para Portugal (Sousa, 1999). Já a década de 2000 verificou-se um pouco mais serena e estável ao nível de fluxo de refugiados, concedendo segundo o Conselho Português para os Refugiados (CRP) a cerca de 1500 indivíduos o estatuto de refugiado (CRP, 2016).

No âmbito da solidariedade internacional onde a maioria dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), comprometeu-se a dar proteção aos refugiados, Portugal determinou através de uma Resolução do Conselho de Ministros decorrida em 21 de agosto de 2007, criar condições para acolher pelo menos 30 pessoas, criando mecanismo legais de modo a formar um programa de reinstalação nacional (CRP, 2015).

Em finais da década de 2000 e meados da década seguinte, os diversos conflitos existentes no Médio Oriente e Norte de África geraram uma enorme crise migratória e de refugiados com destino à Europa que culminou no ano de 2015. No âmbito de um acordo europeu, firmado entre os estados membros, Portugal comprometeu-se a receber aproximadamente 3000 refugiados, embora dois anos depois, a meta apenas ainda se situava abaixo dos 50% (I Jornal, 2017).

Em comparação com outros países da Europa, Portugal não tem sido dos países mais solicitados em termos de procura por parte dos refugiados. Isto pode em parte estar relacionado com a sua localização geográfica, como país periférico e também porque, conforme a Convenção de Dublin⁴, a que Portugal aderiu, o pedido de asilo deve ser feito logo no país por onde o indivíduo entrou. Outras variáveis a ter em conta é a baixa atratividade económica e de desenvolvimento de Portugal em comparação com outros países da Europa (Silvestre, 2011).

4.1. Proteção e integração das pessoas refugiadas em Portugal

⁴ Ver: <http://refugiados.net/1cpr/www/legislacao/leis/asilo1/dublin.html>

A integração dos refugiados na sociedade é um processo complexo e multidimensional, pois envolve vários aspetos como jurídicos, económicos, sociais e culturais sempre interligados (ACNUR, 2015). O processo de acolhimento e integração passa por diversas fases até o refugiado regressar ao seu país de origem ou então, ser um membro pleno da sociedade de acolhimento.

Deste modo, Portugal acompanhou em certa parte os desenvolvimentos do direito de asilo internacional, tornando-se signatário da Convenção de Genebra de 1951, relativa aos Estatuto dos Refugiados, assim como o Protocolo de Nova Iorque, de 1967⁵, não obstante, as diversas condicionantes dependentes do contexto político e social de determinados momentos (Sousa, 1999). Cabe ao Estado Português o dever de defender e proteger os refugiados face a ameaças aos seus direitos fundamentais, mesmo que este não tenha qualquer responsabilidade sobre elas (CRP, 2014) de acordo com o princípio basilar da Convenção constante no seu artº 1º, nº2:

(2) Que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar⁶.

A gestão do processo de asilo é, no plano legal, regulamentada pela lei de asilo Lei nº. 27/2008 de 30 de Junho⁷, passa por algumas entidades que têm responsabilidades e competências específicas no acolhimento e integração dos refugiados. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) decide a os fundamentos válidos sobre a admissibilidade dos pedidos de proteção apresentados em Portugal. O apoio social no acolhimento tem sido cometido ao Conselho Português para os Refugiados (CRP, 2015). Todavia, decorrente do movimento de solidariedade gerado com a “crise” de 2015, surgiram outras

⁵ Para saber mais: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/col1.html

⁶ Ver artº: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/conv-1.html#art1

⁷ Ver Legislação: <http://cpr.pt/legislacao/>

organizações que se empenharam em receber os refugiados recolocados, como a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

Para os requerentes de asilo este processo de acolhimento está sempre dependente da forma como é decidido o seu estatuto, provocando um sentimento de incerteza e de ansiedade. Por seu lado, os refugiados provenientes de processo de reinstalação têm outra segurança, pois o seu estatuto à chegada é já reconhecido. A situação dos refugiados recolocados provenientes da Grécia e Itália no programa europeu de recolocação têm uma situação diferente, pois após a sua chegada o seu pedido ainda é formalizado perante as autoridades e terão que aguardar para saber se são reconhecidos como refugiados ou ficam abrangidos pela proteção humanitária.

O processo de integração é, como referimos, um processo complexo. Para Pedro Serra (2016) o acesso à habitação, o emprego, educação, saúde e a própria integração na sociedade de acolhimento são em grande parte problemas que os refugiados se confrontam quando são acolhidos em Portugal. Na opinião do mesmo autor, o mercado de trabalho é uma das vertentes importantes na integração dos refugiados, pois apesar de lhes ser concedido a permissão à residência e que lhe confere o direito de acesso ao mercado de trabalho, hoje essas oportunidades são reduzidas (Serra, 2016).

Para Tito Matos (2011) muitos dos indivíduos que chegam à Europa vêm com uma ideia que se vive bem na Europa, que existe facilidade no acesso ao emprego, subsídios sociais, saúde e educação, sendo que muitas vezes essa situação está muito longe da verdadeira realidade. Muitos também desconhecem os seus direitos, atendendo às dificuldades da língua e pouco apoio das instituições. Um número elevado de refugiados continua, após três a quatro anos da reinstalação, no desemprego ou sem atividade declarada. A maioria dos que se encontra inserido no mercado de trabalho, auferem salários baixos estando em profissões desgastantes e desqualificadas (Matos, 2011).

Segundo (Costa & Géssica, 2017), Portugal é dos países da Europa com maior receptividade em acolher refugiados, chegando mesmo a demonstrar interesse em aceitar mais do que estaria inicialmente previsto. Este facto levou a ser mesmo elogiado por algumas organizações internacionais. No entanto, a morosidade na questão da distribuição, aliada ao reduzido número de refugiados em manifestar interesses no acolhimento em Portugal preferindo outros países do norte da Europa, tem criado algumas dificuldades ao processo.

5. Análise de Dados

A pesquisa foi conduzida através da metodologia qualitativa, procurando explorar o conteúdo dos comentários veiculados a partir de uma perspetiva de dentro, e de como os comentadores destas notícias vão compondo as suas interpretações sobre a problemática dos refugiados e da sua receção. Optou-se pela observação não participante, sem qualquer intervenção nos espaços visitados. Assim, durante um mês e meio foram recolhidos os comentários⁸ que deram o *corpus* à pesquisa.

Para a realização do estudo foram selecionados *media* que se associam a diferentes grupos empresariais e públicos diversificados. Assim, foram escolhidos o Jornal Público (Grupo Sonae), Correio da Manhã, (Grupo Cofina), Jornal de Notícias e Diário de Notícias (Global Media Group), e SIC-Notícias (Impresa SA).

A data escolhida para a análise é foi o dia 7 de março de 2016, data em que chegou a Portugal um grupo de 64 refugiados. As notícias dos diversos órgãos de imprensa estão sintetizadas no seguinte quadro:

Media	Data	Título	Partilha na rede social
Correio da Manhã	07-03-2016	“Grupo de 64 refugiados chega a Lisboa”	“Duas dezenas de crianças estão incluídas neste grupo”
Jornal de Notícias	07-03-2016	“Grupo de 64 refugiados chega a Lisboa”	“Deverão chegar mais cerca de 50 refugiados na quinta-feira”
Diário de Notícias	07-03-2016	“Grupo de 64 refugiados chega a Lisboa”	“Dos 68 refugiados previstos, chegaram 64. Só uma família não embarcou, por "razões de saúde", revelou ministro-adjunto”
Jornal Público	07-03-2016	“Chegada de 64 refugiados é uma forma de Portugal “dizer não ao fecho de fronteiras”	“Chegaram de madrugada a Lisboa num voo vindo da Grécia. Portugal acolheu nesta segunda-feira um novo grupo de mais de 64 refugiados”
SIC-Notícias	07-03-2016	"Grupo de 64 refugiados chegou hoje a Lisboa"	“Chegaram esta madrugada, vindos da Grécia”

⁸ Recolhidos entre 10 de novembro e 20 de dezembro de 2016, sendo que os comentários dos leitores foram produzidos em março de 2016.

Foram recolhidos cerca de 138 comentários. Por questões éticas, os comentários recolhidos foram numerados, salvaguardando o anonimato dos comentadores, ficando apenas registadas as suas expressões em forma de texto.

6. Os comentários, entre a solidariedade e a hostilidade

O ambiente de participação nos espaços associados a cada uma das redes sociais dos jornais trabalhados caracterizou-se por um fluxo de comentários bastante ativo, com ‘gostos’ reforçando respostas ou comentários.

A chegada dos refugiados é motivo de reações dispares, como podemos observar nestes comentários, contraditórios entre si, manifestando os polos em oposição:

“Sejam muito bem-vindos! Portugal a mostrar o que são valores europeus e alguma noção de decência humana, muito bem”
(Comentário #91)

Esta polarização é manifesta no facto de os participantes se referirem aos refugiados como um “eles” estabelecendo uma fronteira entre o “nós” e os “outros”.

Mais ainda??? Até quando??? Nos também temos os nossos problemas, também estamos em crise! Milhares de desempregados, sem-abrigo, e em vias de perder casa até! Isto só vai piorar ainda mais o nosso país! Ajudem nos primeiro a **nós**. (Comentário #3)

Eles vão conquistar a península ibérica. ..nas próximas gerações! !

Agora é só procriar. ..e crescerem com a educação de ódio à Europa e aos nossos valores...enfim...só não vê quem não quer ver!”

A postura de abertura e acolhimento manifestada pelas mensagens de boas-vindas, assenta num conjunto de argumentos sustentados por questões demográficas, multiculturais e de solidariedade. As razões demográficas prendem-se com os novos padrões demográficos do mundo ocidental e o envelhecimento da população.

“Portugal é um país envelhecido e resulta da mistura de muitas culturas. Das 64 pessoas, 20 são crianças. Não serão bons indicadores?! Temos tantas aldeias, tantas vilas cheias de pessoas idosas, com falta de crianças.” (...) (Comentário #65)

Os pressupostos multiculturais sustentam-se no facto de a sociedade portuguesa descender de várias culturas e identidades ao longo da sua história.

“Se as pessoas lessem e soubessem um pouco mais de História ficavam caladas ao fazerem determinados comentários. Portugal é um país envelhecido e resulta da mistura de muitas culturas.” (Comentário #65)

"respeitem a lei civica. Somos um estado leigo no que toca a religião, mas trazemos no coração uma grande tradição de multiculturalismo e povos de muitos sítios do mundo :) Por isso sera facil para nos ajudar na integração!!! " (Comentário #69)

Já as questões sociais e humanitárias relacionam-se pelo sofrimento e estado vulnerável com que os refugiados se encontram, assim como, pela destruição estrutural dos seus países derivado dos diversos conflitos.

Os refugiados são refugiados e não emigrantes! Eles não saíram do seu país para ter uma vida melhor; saíram simplesmente para terem uma vida! Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes? (Comentário #86)

Que falta de compaixão. Inacreditável. Compara-se desemprego a refugiados de guerra...” (Comentário #87)

Fugiram de um clima de guerra e terror! Como podemos ser tão intolerantes? Mesmo que hajam questões a ser tratadas, não podemos responder logo de forma hostil. Isso é de um egoísmo grosseiro. (Comentário #97)

Sejam Bem Vindos! Façam por merecer este País que vos acolhe de coração e que com certeza vos vai fazer esquecer o inferno da guerra de onde vêm! E vamos todos lutar pela Paz no mundo para que um dia possam regressar aos vossos países!!.. não há melhor sitio no mundo que a nossa terra! (Comentário #98)

Respeito quem não pensa assim, mas temos de pensar sempre "e se eu estivesse no lugar deles" (Comentário #84)

Esta solidariedade baseia-se igualmente numa postura reflexiva, procurando ver no “outro” o que “nós” fomos, ou somos:

Vocês não querem ninguém em Portugal e querem que os outros países acolham os portugueses. (Comentário #55)

Nós tb já fugimos da guerra. Tb já fomos refugiados. Seja bem vindo quem vier por bem. (Comentário #57)

Todavia, apesar desta postura recetiva, o refugiado foi representado na maioria das vezes como um migrante económico, que apenas se desloca na procura de melhores condições de vida e não com o objetivo de fugir da guerra e de perseguição:

Pois mas os portugueses emigraram no tempo da Guerra mas ninguém lhes deu NADA, se quiseram ter casa tiveram de trabalhar no duro, estes não veem trabalhar mas sim receber subsídios (...). (Comentário #20)

Uma das dimensões essenciais foram os argumentos de cariz islamofóbicos: o “lixo islâmico” (Comentário #50).

Existiram também, ainda que em número pouco significativo, comentários que mostraram a existência de motivações ideológicas nacionalistas.

Segundo Marchi & Bruno (2016) a crise dos refugiados veio aumentar substancialmente a desconfiança dos vários estratos sociais face aos governos nacionais e instituições comunitárias nas suas respostas aos fluxos de deslocações de pessoas especialmente de proveniência de África e Médio Oriente. Esta clivagem foi aproveitada

por movimentos nacionalistas e partidos de extrema direita que de certa forma convergiram em muitos pontos de vista em relação a este fenómeno social (Marchi & Bruno, 2016:44).

E de quem é a culpa????? De todos vós q continuam a votar nos mesmos palhaços de sempre q vos roubam diariamente. Agora vem esta escumalha em forma de cordeiros, mas com raça de lobos. Parem de opinar isto e aquilo e façam alguma coisa por uma bandeira q dizem amar. Votem num partido NACIONALISTA!!!!!!” (Comentário #4)

A maioria dos participantes deixou perceber que é contra o acolhimento dos refugiados. Esta recusa foi justificada através de vários argumentos com base em razões económicas, de segurança e questões culturais. No plano económico, estes consideram que o país atendendo às carências internas e à crise, não está em condições de acolher refugiados, afirmando também que os refugiados não contribuem para a sociedade, apenas vão consumir recursos.

“Muitos não trabalham, vivem de subsídios e alguns que trabalham não descontam para os impostos, subalugam casas, ate existem zonas aqui em que a polícia tem dificuldade em os controlar. Roubam tudo, desde bicicletas, tlm, carros, etc. Enfim de pessoas destas só quero distância ”(...) (Comentário #95)

Na questão da segurança, o principal argumento é a contribuição dos recém-chegados para o aumento da criminalidade e de atentados terroristas.

Agora a seguir vao explodir o que? Cristo rei? Forum de almada num fim de semana cheio de gente? Esperemos pra ver. (Comentário #27)

Aos refugiados são-lhe imputados também um conjunto de estereótipos respeitantes ao seu comportamento, costumes e características culturais. Alguns participantes consideram que os refugiados são culturalmente fechados, intolerantes, que não se integram nem aceitam os costumes da sociedade acolhedora.

que dê condições aos nossos no lugar de os deixarem imigrar,,receberem esta gente que brevemente se irá tentar impor com as suas ideias anti-ocidentais,,,,não obrigado...(Comentário #71).

Outros também são da opinião que eles irão tentar submeter os membros da sociedade acolhedora aos seus costumes e práticas religiosas de forma violenta.

Em breve a vinda da sharia em Portugal! Acho bem apedrejar as mulheres de adúltero. Atenção! Mulheres não podem comentar. Sois objectos aos olhos do Islão ! (Comentário #104)

De acordo Araújo (2019) os estereótipos relativos aos muçulmanos circulam de forma significativa no ciberespaço e nos *media* . Esta autora, com base no *European Islamophobia Report* afirma que são frequentes as expressões e comentários que desvalorizam, estereotipam ou ridicularizam os muçulmanos, apesar de muitas plataformas de notícias online terem mecanismos de moderação de mensagens. Também se registam mensagens depreciativas e de ódio nos blogues e publicações de pessoas muçulmanas.

Esta perspectiva etnocêntrica privilegia o universo dominante de representações da sociedade de acolhimento, hostilizando e reduzindo à insignificância as demais culturas. Com algumas afirmações veiculadas pelos participantes pretende-se favorecer um referencial teórico-prático seguindo um padrão de racionalidade, escolhendo o único tipo de cultura considerado compatível, declarando as dos refugiados diferentes e com orientações incompatíveis, procurando-se reduzi-las, tornando-as mais diferentes, excluí-las através de diversas estratégias (Carvalho, 2016).

Mas esse "terreno" devia ser ocupado por portugueses e não por estrangeiros. Ponto 2 -Nem por azar os refugiados são árabes, ou sejam pessoas que não se integram, que mesmo no estrangeiro, vivem dentro de uma redoma, que não se integram em sociedade alguma, que são violentos e que são intolerantes para com as outras religiões (...)
(Comentário #106)

O que está em causa é algo muito importante que você imprudentemente esquece e cito dois ou três casos: 1º- A Violência que

os árabes colocam em tudo na vida e que exercem contra terceiros e nesse sentido são racistas. 2º A Intolerância Religiosa .Impõem a religião deles a terceiros pela violência das armas. Por fim tratam as mulheres, TODAS ELAS como se fossem cães. Não digo isto porque tenha lido. Eu vivi num prédio onde a maioria das pessoas eram Algerians, árabes portanto. È disto que estamos afalar, coisas da vida concerta. (Comentário, #107)

Para Beck (2008), a sociedade moderna converteu-se numa "sociedade de risco" ocupando cada vez mais o seu tempo na discussão sobre como prevenir, administrar e gerir os riscos que ela própria produziu. Este estado de risco coletivo e permanente é ampliado pelos meios de comunicação em massa conduzindo a alguma histeria e a uma política do medo. Embora Beck tenha associado em 1986 a "sociedade de risco" como uma consequência estrutural da industrialização, hoje as sociedades modernas encontram-se moldadas por novos tipos de risco e de origem variada (Beck, 2008).

Tendo como referência esta ideia de Beck, poderemos considerar que as deslocções forçadas para a Europa, associadas em certos contextos, como o caso das redes sociais, ao aumento da criminalidade, da possibilidade de atentados terroristas e da implosão do estado social, são entendidos (promovidos?), como uma ameaça à ordem social obrigando a uma discussão generalizada na sociedade acerca da gestão do risco. De acordo com Beck (2008) “Os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode produzir uma cultura civil da responsabilidade que transcende fronteiras e conflitos.”. Como podemos analisar, a presença de um hipotético risco desencadeia, simultaneamente, um mecanismo emancipador de crítica social, que revelam diferentes posturas, de abertura por uns, de receio e desagrado por outros, assim como equívocos quando peroraram acerca da representação do refugiado e do seu significado, afastando-se do conceito convencionado pelo direito internacional.

7. Conclusão

A investigação demonstrou que as redes sociais podem constituir-se como plataformas de construção de representações e de debates coletivos relacionados com realidades sociais. Este espaço virtual funcionou como um mecanismo mediador de

partilha de senso comum, construído gradualmente de forma coletiva e ganhando capacidade de influência, em todos quando nele participam. Apesar de o estatuto de refugiado ser reconhecido a nível internacional, através das convenções e tratados internacionais com o propósito de proteger quem é obrigado a fugir por séria ameaça ou perseguição, grande parte dos comentadores desta investigação demonstrou não estar familiarizado com o estatuto ou conceito de refugiado e o que ele representa. Para alguns participantes, os refugiados são somente migrantes económicos, apenas vêm à procura de uma vida melhor e não propriamente a fugir de situações de guerra, violência e de ameaças à própria vida.

São muitos os comentários hostis ao acolhimento dos refugiados, sendo grande parte orientado por argumentos economicistas, onde o refugiado é relacionado com alguns estereótipos tal como o de “subsídio-dependentes”. Para outros, os refugiados vêm colocar pressão sobre o mercado de trabalho e estado social, recusando o seu acolhimento com a justificação que primeiro se deve dar apoio aos nacionais.

As questões étnicas e culturais foram também referenciadas pelos participantes deste estudo. Nomeadamente, quando referem que os refugiados não se integram na cultura dos acolhedores, caracterizando-os como violentos, agressivos e preguiçosos - não contribuindo em nada de bom para a sociedade. Alguns comentaram que a sua chegada pode aumentar a probabilidade de situações de terrorismo, temendo, deste modo, pela sua própria segurança e do país.

Constata-se no conjunto dos comentários, e apesar das manifestações de solidariedade, a proeminência da exaltação da rejeição e de hostilidade em relação aos refugiados e ao seu acolhimento. Esta hostilidade decorre de concepções e estereótipos sobre o modo de vida e cultura dos refugiados, muito com base em argumentos elementares e pouco aprofundados.

Cabe ao Estado e à sociedade civil ativa promover e fomentar a tolerância, a coesão e solidariedade. Integrar os refugiados pode constituir-se como uma oportunidade de aproveitar as grandes vantagens da interculturalidade, promovendo a solidariedade, o conhecimento do Outro, a justiça social e a educação.

Bibliografia

- ACNUR, (2015). “Quem pode ser considerado refugiado?”, Genebra, ACNUR, <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>, consultado em 12-02-2018.
- Araújo, M. (2019) *A Islamofobia e as suas Narrativas em Portugal: Conhecimento, Política, Média e Ciberespaço*, Oficina do Centro Estudos Sociais nº 447, Coimbra.
- Batista, Roberta & Bonomo, Mariana (2017). *Representações sociais de imigração e imigrantes em jornais britânico, francês e alemão no ano 2012* in Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 17, núm. 2, abril-junio, 2017, pp. 432-453.
- Beck, U. (2008), *Risk Society's Cosmopolitan Moment: Climate Change and the Opportunity for a New World Order*, Cambridge (BARATA Germana e CUNHA Rodrigo, Trad.) ComCiência n. 104 Campinas, <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=41&id=501> consultado em 30-01-2020.
- Bizawu, S. (2016). *Criminalização dos Migrantes e Refugiados no Espaço Schengen: Choque de Civilização ou de Cultura na Era dos Direitos Humanos?* Onãti, Espanha, Condepi Law Review Jan/Jun 2016.
- Carapeto, M. (2017) *Refugees in images: Contributions from Visual Ethnography*. Revista Ciências e Políticas Públicas Vol. III nº 2.
- Carvalho, J. (1996). *Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas*, São Paulo, FEUSP.
- Costa, B. & Teles, G. (2017) *A política de acolhimento de refugiados - considerações sobre o caso Português* in REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.25 no.51 Brasília Sept./Dec. 2017.
- CPR, Conselho Português para os Refugiados, (2014). “*Protecção dos refugiados: Contexto Nacional, Curso e-Learning de Sensibilização sobre Asilo e Refugiados (SAR)*”, 6-Rev. 2 de Dezembro de 2014, Lisboa, CPR.
- CPR, Conselho Português Para os Refugiados, (2015). “*Reinstalação de Refugiados*”, Lisboa, CPR, <http://www.cpr.pt/>, consultado em 12-2-2018.
- CPR, Conselho Português para os refugiados, (2016). “*Dados Estatísticos*”, <http://refugiados.net/1cpr/www/estatisticas.php>, Consultado no dia 9-02-2018.
- CRP, Conselho Português para os Refugiados (2015). *Relatório de Atividades 2015*, Lisboa, CRP, consultado a partir de

- <http://refugiados.net/1cpr/www/RelatorioCPR2015.pdf> , consultado em 24-01-2018.
- Expresso. (2015). *Primeiros 24 refugiados chegam a Portugal*, Lisboa, Disponível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-12-17-Primeiros-24-refugiados-chegam-a-Portugal>, consultado em 24-01-2018.
- Fraga, V. (1999). *Choque Cultural como aprendizado profissional e humano*, Rio de Janeiro, RAP.
- Giddens, Anthony (2001). Sociologia, 6ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- I Jornal. (2017). *Comissão Europeia avisa que Portugal tem de tomar «medidas urgentes» até setembro para acolher mais refugiados. Em dois anos, só chegou ao país metade das pessoas acordadas com Bruxelas*. Edição Online, Artigo de Ana Petronilho. 30/07/2017, Lisboa. I-online, <https://ionline.sapo.pt/574399> , Consultado em 09-02-2018.
- Lash, S. (2005). *Crítica de la Información*, Buenos Aires, Amorroutu.
- Marchi, R. & Guido, B. (2016), *A Extrema-Direita Europeia perante a crise dos refugiados*, in Revista Relações Internacionais, jun. 2016 p. 39-56.
- Matos, T. (2011). “*A Inserção dos Refugiados Reinstalados no Mercado de Trabalho – Uma etapa num processo de integração? - Contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia*”, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Melo, M. (2012), « *Contributos para uma análise da tese da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu* », Forum Sociológico [Online], 22 | 2012, posto online no dia 26 fevereiro 2013, consultado o 27 dezembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/sociologico/632> ; DOI : 10.4000/sociologico.632.
- Miranda, B. (2008). *Étude Comparative de la Représentation Sociale des Immigrants et des Réfugiés Chez les Étudiants Universitaires*, Québec, Universidade Laval
- Morais, C. (2012). *Intolerância, Redes Sociais e Méreversão: Faces da Violência na Contemporaneidade*, São Paulo, PUC/SP.
- Pew Research Center. (2016). *Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs*, Washington, EUA, PewresearchCenter, <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/> ,consultado em 29-01-2018.

- Pimentel, Irene. & Ramalho, Margarida. (2016). *O comboio do Luxemburgo. Os refugiados que Portugal não salvou em 1940*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Sêga, R. (2000). *O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*, Porto Alegre, s/n, Pag. 128.
- Silva, Rosane; NICHEL, Andressa; MARTINS, Anna; BORCHARDT, Carlise (2011). *Discursos de Ódio em Redes Sociais: Jurisprudência Brasileira*. São Paulo, Revista de Direito GV, Julho-Dezembro 2011.
- Silvestre, Filipa (2011). *Representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal*, Lisboa, FCHSL.
- Simões, Dulce (2011). "Os refugiados republicanos em Portugal e o caso de Barrancos: silêncios da História e lutas pela Memória". In *Lugares, Tiempos, Memorias*. La Antropología Ibérica en el siglo XXI, 965-975. Léon: Universidad de Léon.
- Sousa, Lúcio (1999). "*Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? – Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*", Lisboa, Universidade Aberta.
- Souza, Elany (2015). *Immigrants in Brazil - SpeeChes of Hate and Xenophobia in the Information Society: How to Assign Function Social a Internet?* Rio Grande - Brasil, UFSM.
- UE, União Europeia (2016). *A UE e a crise dos Refugiados*, Bruxelas, UE, <http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/> ,consultado em 24-01-2018.